

Rio Grande do Sul Município de Alpestre **Praça Tancredo Neves, 300** CNPJ 87.612.933/0001-18 Departamento de Compras e Licitações

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 42/2025

PROCESSO Nº 145/2025

OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE DECORAÇÃO PARA A FEIRA DO CONHECIMENTO DE NATALINA URBANA

ITENS:

orne	cedor:	DEC	Valor Unit. Valor Total		
tem	Otde I	Inid.	Produto	Value Offic.	
tem 1	Otde I	Unid. UN	AMBIENTAÇÃO, MONTAGEM E SUPORTE LOGÍSTICO DA DECORAÇÃO DA FEIRA DO CONHECIMENTO, INCLUINDO INSTALAÇÃO DE DOIS LIVROS GRANDES NA ENTRADA E TRÊS PORTAIS TEMÁTICOS DESCRITOS EM ANEXO, OS MESMOS JÁ DEFINIDOS PELA EQUIPE DA SECRETARIA, A DISTRIBUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO DOS ESTANDES ESCOLARES E DEMAIS ESPAÇOS PEDAGÓGICOS NO GINÁSIO MUNICIPAL ANTÔNIO BONETTI. INCLUI SUPORTE TÉCNICO DURANTE OS DIAS DO EVENTO E DESMONTAGEM IMEDIATA APÓS O ENCERRAMENTO. FORNECIMENTO DE MATERIAIS DIVERSOS PARA AMBIENTAÇÃO DA FEIRA, COM INSUMOS COMO PAPÉIS DECORATIVOS, FITAS, FIOS TRANSPARENTES, LETRAS COLORIDAS EM DIVERSOS TAMANHOS E CORES, PAINÉIS, ADESIVOS, TECIDOS E DEMAIS ITENS NECESSÁRIOS À CARACTERIZAÇÃO DO EVENTO. A EMPRESA CONTRATADA DEVERÁ ATUAR EM COLABORAÇÃO COM A EQUIPE	6.640,00000	6.640,00
2	1.00	UN	DA SECRETARIA, SENDO O MUNICÍPIO RESPONSAVEL PELO APOIO OPERACIONAL COM SERVIDORES PRÓPRIOS, VISANDO PROMOVER ECONOMICIDADE (CONFORME ANEXO) RANNER CONFECCIONADO EM LONA FOSCA, COM ESPESSURA DE	140,68000	140,68
2			340G, DE 1,20CM POR 1,20CM, IMPRESSAO DIGITAL DE ALTA RESOLUÇÃO ADEQUADO PARA USO INTERNO E EXTERNO, ACABAMENTO COM CORDA, CABOS DE MADEIRA E PONTEIRAS PLASTICAS NAS EXTREMIDADES, CONTENDO A FRASE: 'FEIRA DO CONHECIMENTO', A LOGO DO MUNICIPIO, O NOME DO MUNICIPIO: 'ALPESTRE' E O NOME DA SECRETARIA: 'SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA DESPORTO E TURISMO, E A IMAGEM DE UMA ARVORE DO CONHECIMENTO ESCOLHIDA PELA SECRETARIA. (IMAGEM ILUSTRADA EM ANEXO)	262 50006	262.5
			TOTEM DO PIKACHU DE APROXIMADAMENTE 1,80CM POR 90CM EM MDE 6 MILIMETROS, COM ADESIVO IMPRESSO E VERNIZADO.	262,50000	
4			TOTEM DE ROBÓTICA DE APROXIMADAMENTE 1,80CM POR 90CM EM MDF 6 MILIMETROS, COM ADESIVO IMPRESSO E VERNIZADO	262,50000	
			TOTEM DE CIÊNCIAS APROXIMADAMENTE 1,80CM POR 90CM EM MDF 6 MILIMETROS, COM ADESIVO IMPRESSO E VERNIZADO.	262,50000	·
			TOTEM DA ARVORE DO CONHECIMENTO ILUSTRADA EM ANEXO, APROXIMADAMENTE 1,80CM POR 90CM EM MDF 6 MILIMETROS, COM ADESIVO IMPRESSO E VERNIZADO.	262,50000	
	7 1,00	0 SRV	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA INSTALAÇÃO, RESTAURAÇÃO, CONFECÇÃO E MANUTENÇÃO DA DECORAÇÃO NATALINA URBANA, ABRANGENDO O PÓRTICO DE ENTRADA DA CIDADE, RUAS PRINCIPAIS (AV. FARRAPOS, RUA BARÃO DO RIO BRANCO E VIAS ADJACENTES), POSTES (CERCA DE 60 UNIDADES)		0



Rio Grande do Sul Município de Alpestre Praça Tancredo Neves, 300 CNPJ 87.612.933/0001-18 Departamento de Compras e Licitações

COQUEIROS (30 UNIDADES) E PRAÇA DA IGREJA MATRIZ, INCLUINDO A CONSTRUÇÃO DE CASA TEMÁTICA PARA O PAPAI NOEL, RESTAURAÇÃO DO PRESÉPIO E MONTAGEM DE CAMINHOS ILUMINADOS. A EMPRESA SERÁ RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO CORRETIVA DOS ELEMENTOS DECORATIVOS DURANTE O PERÍODO DE FESTIVIDADES, COM EXCEÇÃO DA PARTE ELÉTRICA, CUJA RESPONSABILIDADE SERÁ DO MUNICÍPIO. O MUNICÍPIO FORNECERÁ EQUIPE DE APOIO COMPOSTA POR ELETRICISTA E DOIS AUXILIARES PARA LIGAÇÃO ELÉTRICA, PROMOVENDO ECONOMICIDADE E APROVEITAMENTO DE RECURSOS INTERNOS, ALÉM DE EQUIPE PARA AJUDAR NA DECORAÇÃO DEVENDO A EMPRESA CONTRATADA REALIZAR A COORDENAÇÃO DOS SERVIÇOS.

Total dos Produtos

17.830,68

DOTAÇÃO:

Projeto	2069 - PROMOVER, INCENTIVAR E DIVULGAR O TURISMO MUNICIPAL	
Despesa	3390.39.00.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	

FUNDAMENTO LEGAL:

Lei nº 14.133/2021

Art. 75. É dispensável a licitação:

III - para contratação que mantenha todas as condições definidas em edital de licitação realizada há menos de 1 (um) ano, quando se verificar que naquela licitação:

b) as propostas apresentadas consignaram preços manifestamente superiores aos praticados no mercado ou incompatíveis com os fixados pelos órgãos oficiais competentes.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Considerando que a licitação Pregão Eletrônico nº 35/2025 restou frustrada, a Secretaria buscou empresas que se dispusessem a prestar os serviços e fornecer os produtos nas mesmas condições exigidas no edital. Desse modo, definiu a empresa DECORACOES FEITO POR MIM LTDA - CNPJ: 02.789.902/0001-84, as quais se comprometeram a atender os termos e preços máximos estabelecidos no processo licitatório.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO:

Para efeito de verificar a razoabilidade do preço a ser desembolsado pela Administração Pública e definir sobre a validade da contratação direta, por dispensa de licitação para contratação de empresa para fornecimento de decoração para a feira do conhecimento de natalina urbana, com a empresa DECORACOES FEITO POR MIM LTDA - CNPJ: 02.789.902/0001-84, no valor de R\$ 17.830,68 (dezessete mil e oitocentos e trinta reais e sessenta e oito centavos), verificou-se que está dentro do preço de mercado, conforme valores de referência do edital anterior.

Nada mais a relatar, foi lavrado o presente documento, que será submetido a autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Alpestre, 24 de setembro de 2025.

TÓLEMAN ALAN PICOLI Servidor designado



MUNICÍPIO DE ALPESTRE

PARECER JURÍDICO

Processo de Contratação nº 145/2025 Modalidade: Dispensa de licitação nº 42/2025.

1. Trata-se de processo de contratação direta por *dispensa de licitação*, nos termos do art. 75, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

Segue abaixo o Artigo:

"Art. 75. É dispensável a licitação:

...

III - para contratação que mantenha todas as condições definidas em edital de licitação realizada há menos de 1 (um) ano, quando se verificar que naquela licitação:

b) as propostas apresentadas consignaram preços manifestamente superiores aos praticados no mercado ou incompatíveis com os fixados pelos órgãos oficiais competentes;"

A contratação pretendida está embasada na **motivação** da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Turismo, para contratação de empresa para instalação, restauração, confecção e manutenção da decoração natalina urbana e para ambientação, montagem e suporte logístico da decoração da feira de conhecimento incluindo materiais, considerando que o PREGÃO Nº 35/2025, restou fracassado nos lotes 1, 2. Os eventos integram o calendário oficial do Município e são eventos de grande relevância para toda sociedade.

Integram os autos, o Documento de Formalização da Demanda e JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO DIRETA.

O presente feito segue instruído com os seguintes documentos:

Requisição;

Documento de Formalização da Demanda;

Justificativa da Contratação;

ATA DE PROCESSO FRACASSADO;

DESPACHO DO SERVIDOR DESIGNADO, relatando os fatos.

Comprovação de Publicação;

Balancete Orçamentário da Despesas;

Portaria nº 008/2024 de 11 de janeiro de 2024;

Termo de Abertura.

Certidões e demais documentos de habilitação jurídica da empresa, comprovante de regularidade fiscal, comprovante de regularidade trabalhista, certidões negativas

PO

MUNICÍPIO DE ALPESTRE

de débitos, proposta técnica financeira detalhada, e demais documentos anexados a presente demanda, que se fazem necessários para o andamento do processo.

É de suma importância assegurar a correta aplicação do princípio da legalidade, para que os atos administrativos não contenham estipulações que contravenham à lei, posto que, o preceito da legalidade é, singularmente, relevante nos atos administrativos. Assim, se faz necessário o exame prévio, para que a Administração não se sujeite a violar um princípio de direito, o que é severamente tão grave como transgredir uma norma. Por esse motivo, a Constituição Federal em seu artigo 37 estabelece que, a Administração Pública observará os **Princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.** Já no que tange a inafastabilidade do procedimento licitatório, o inciso XXI do artigo retro mencionado assevera que, ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica, indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

É o breve relatório. Vieram os autos para exame e parecer.

2. Com efeito, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição da República, ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

No que tange à contratação pretendia, a Lei nº 14.133/2021 prevê a hipótese do <u>Artigo 75, inciso III, da lei 14.133/2021</u>. Neste sentido, não há o que opor, sob o aspecto jurídico.

Consta nos autos documento de <u>formalização da demanda, ETP e o</u> <u>Termo de Referência</u> do PROCESSO 35/2025, (FRUSTRADO), que discrimina o objeto da contratação almejada, atendendo o disposto no art. 72, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.





MUNICÍPIO DE ALPESTRE

O Termo de Referência e o Estudo Técnico Preliminar, do Pregão Eletrônico nº 35/2025 estão anexos ao presente processo.

Ainda, segue o <u>DESPACHO</u>, de data de 23 de setembro de 2025, do <u>Servidor Designado</u>, decide pela juntada dos documentos da fase interna da licitação do <u>PE</u> nº 35/2025 a fim de compor o novo processo de <u>DISPENSA</u>.

Constando estimativa de despesa, calculada na forma estabelecida no art. 23 da Lei nº 14.133/2021 (art. 72, inciso II), estando este, por conseguinte, justificado (art. 72, inciso VII).

Assim, seguindo a recomendação contida na nova lei de licitações, no sentido de que os pareceres jurídicos devam ser redigidos em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica, entendo ser possível a contratação direta dos serviços, através de dispensa de licitação, com fundamento na Nova Lei de Licitações, desde que observados os requisitos fixados no artigo 72, da Lei nº 14.133/21 a saber:

"Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

 II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

 IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente."

Inclusive cumpre recomendar também que, o ato que autorizar a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição

P

MUNICÍPIO DE ALPESTRE

do público em <u>sítio eletrônico oficial</u>, por força da lei, do disposto no artigo 176, § único, inciso I.

Por conseguinte, pode-se afirmar que, dentro das regras dos valores estabelecidos pela legislação vigente, não há qualquer óbice quanto à pretensão.

O valor a ser contratado está dentro do limite previsto na Lei, e a realização de procedimento licitatório específico oneraria ainda mais os cofres públicos, haja vista que demandaria a utilização de pessoas, tempo e material para sua conclusão.

Os documentos que constam no processo administrativo, demonstram a compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido (art. 72, inciso IV), bem como os documentos do futuro contratado, ora anexado, comprovam que o particular preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária (art. 72, inciso V).

A razão da escolha do futuro contrato está pautada em critério objetivo, qual seja que a empresa apresentou o menor preço para realização do serviço, estando assim atendido o pressuposto do art. 72, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021.

E não menos importante, recomendo à observância as prescrições legais fixadas no artigo 75, § 3º da Nova Lei de Licitações, o qual prescreve que as contratações de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso de chamamento público em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

Por conseguinte, consoante sedimentado na jurisprudência do Tribunal de Contas da União e no Artigo 72, incisos VI e VII, o processo de Dispensa deverá ser instruído com elementos que demonstrem a razão da escolha do fornecedor ou executante e a justificativa do preço, não impondo de forma objetiva as regras quanto à quantidade e a forma de seleção do contratado, ou seja, deve ser justificado no processo a escolha do fornecedor, conforme foi seguido.

MUNICÍPIO DE ALPESTRE

Assim, ficando definido a empresa DECORAÇÕES FEITO POR MIM LTDA, CNPJ nº 02.789.902/0001-84, no valor de R\$ 17.830,68 (Dezessete mil oitocentos e trinta mil e sessenta e oito centavos), para instalação, restauração, confecção e manutenção da decoração natalina urbana e para ambientação, montagem e suporte logístico da decoração da feira de conhecimento incluindo materiais, considerando que o PREGÃO Nº 35/2025, restou fracassado nos lotes 1, 2. Os eventos integram o calendário oficial do Município e são eventos de grande relevância para toda sociedade.

• Seja remetido os autos à autoridade competente nos termos do art. 72, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021.

Alpestre, RS, aos 24 de setembro de 2025.

Linonrose Scaravonatto Assessora Jurídica Portaria 046/2018/



Rio Grande do Sul Município de Alpestre Praça Tancredo Neves, 300 CNPJ 87.612.933/0001-18 Departamento de Compras e Licitações

DESPACHO

Com base na formalização do processo e no parecer jurídico, reconheço ser dispensável a licitação e ratifico o ato para para contratação de empresa para fornecimento de decoração para a feira do conhecimento de natalina urbana, com a empresa DECORACOES FEITO POR MIM LTDA - CNPJ: 02.789.902/0001-84, no valor de R\$ 17.830,68 (dezessete mil e oitocentos e trinta reais e sessenta e oito centavos), com base no art. 75, III, alínea "b", da Lei nº 14.133/2021, conforme Processo nº 145/2025, Dispensa de Licitação nº 42/2025.

Alpestre, 24 de setembro de 2025.

RUDIMAR ARGENTON Prefeito Municipal